

Webinário Prevenção às violências na prática: comunidade escolar e intersectorialidade

No mundo, 50% das crianças são vítimas de violência dentro e fora da escola; 1 em cada 3 alunos de 13 a 15 anos sofre bullying; 1 em cada 3 alunos de 13 a 15 anos está envolvido situações de violência física; e, 2 em cada 3 jovens se preocupam com a violência dentro e ao redor das escolas. Pôr um fim à violência dentro e ao redor das escolas requer esforços coordenados em vários níveis e o apoio e ação de diversos setores, como Saúde, Justiça, Proteção Social, entre outros, articulados em planos de ação e estratégias intersectoriais. O objetivo do webinar “Prevenção às violências na prática: Comunidade escolar e intersectorialidade”, é apresentar propostas objetivas para ampliação das ações de prevenção às violências a partir do papel da comunidade escolar no trabalho intersectorial preconizado no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Realização da Coalizão Brasileira pelo fim da violência contra crianças e adolescentes, em parceria com a Prefeitura do município de São Paulo e o Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a Violência e Saúde (LIEVES), o webinar contou com a participação da pesquisadora Miriam Abramovay da FLACSO Brasil, Maria Clara Lacerda, adolescente, estudante do Colégio Municipal Professora Didi de Andrade em Itabira, Minas Gerais, Ana Carolina Fonseca, Oficial de programas no Unicef para educação e proteção à criança contra violências, Maria Fernanda Tourinho Peres, coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a Violência e Saúde (LIEVES) e Karina Tollara D’Alkimin, coordenadora da Comissão Técnica da Parceria Global pelo fim da violência contra crianças e adolescentes do município de São Paulo.

Miriam Abramovay

Com a retomada das aulas presenciais no Brasil, observa Miriam Abramovay, a discussão de prevenção às violências volta à agenda pública com maior ênfase. Pesquisas recentes evidenciam que no Brasil as escolas deixaram de ser um lugar seguro em razão do

aumento dos casos de violência institucional, simbólica, sexual, automutilação, suicídio e a entrada de armas nos ambientes escolares. As discussões em voga abordam também os efeitos das violências no clima escolar e na vida das crianças e adolescentes como o abandono escolar, uma das consequências mais percebidas e imediatas da violência nas escolas. A análise sobre o fenômeno das violências nas escolas contra crianças e adolescentes, aponta a necessidade de considerar que o espaço escolar é o maior espaço de convívio social de crianças e adolescentes. Em perspectiva histórica, o processo de abertura das escolas após a democratização do acesso à educação, trouxeram implicações importantes para a compreensão das violências como por exemplo, as novas tensões decorrentes da profunda desigualdade social, evidenciada nas escolas. Há que se considerar que a escola nem sempre é um espaço democrático, atraente para crianças e adolescentes e igualitário como foi idealizado. Embora se espere que a escola seja um lugar de inclusão e convivência das diversidades, a escola possui seus próprios mecanismos de exclusão e seleção social, escolhendo alguns para ficarem dentro e colocando outros para fora.

A violência institucional, postulada arbitrariamente por escolas ao estabelecer regras que limitam liberdades ou impõem condições constrangedoras, degradantes e vexatórias a crianças e adolescentes, constitui uma violência velada e ainda pouco debatida no Brasil. Um programa de diagnóstico participativo e elaboração de planos de ação realizado em escolas do ensino médio do Rio Grande do Sul e Ceará em curso, aponta para a necessidade de promoção do direito à participação dos adolescentes nas tomadas de decisão que afetam suas vidas no ambiente escolar. Os adolescentes participantes do programa descrevem a dificuldade de viver em uma sociedade violenta, conservadora e discriminatória em relação às questões de gênero, orientação sexual, raça e cor. Muitos relatam sentirem-se discriminados em razão do lugar de moradia e observa-se o sentimento de infelicidade de muitos adolescentes por não serem escutados em suas dificuldades cotidianas, levando-os a viverem quadros de ansiedade, angústia e estarem mais propensos à automutilação e tentativas de suicídio.

Sobre a relação com professores, muitos estudantes testemunharam episódios de violência e agressividade mútua entre profissionais da educação e estudantes. Muitos sentem-se desestimulados e humilhados por professores e impactados negativamente por ausências frequentes, aulas repetitivas e desestimulantes. As primeiras evidências da pesquisa apontam para queixas sobre a qualidade da alimentação escolar, infraestrutura e segurança nas proximidades das escolas. Os estudantes entrevistados relataram episódios

de violência como assaltos, troca de tiros entre a polícia e facções criminosas, casos de estupro, assédio sexual, tráfico de drogas, homicídios e violência policial.

Importa considerar que a escola está perdendo sua capacidade de se comunicar com as culturas juvenis, ampliando a suscetibilidade dos estudantes e suas famílias a influências e orientações políticas de cunho populista que fomentam propostas como “Escola sem partido”, Homeschooling e militarização das escolas, propostas baseadas no medo e muitas vezes fundamentadas em fake news.

Em termos práticos, o clima escolar é um importante indicador que se relaciona com as normas, valores, atitudes e mensura a compreensão das regras, a percepção de justiça e de proteção ou não no espaço escolar. É fundamental articular as ações de prevenção às violências à pesquisas de clima escolar que podem ser um primeiro diagnóstico para o planejamento das ações. Miriam Abramovay observa a necessidade de integração das ações de prevenção de forma interdisciplinar e intersetorial entre os setores, serviços e organizações da sociedade civil. Para a pesquisadora, “o espaço de intersetorialidade é um lugar de compartilhamento de saber, poder e da construção de novas formas de agir que não se encontram estabelecidas ou suficientemente experimentadas. Talvez por isso seja um conceito fácil de falar, mas pouco utilizado”.

Maria Clara Lacerda

A adolescente Maria Clara Lacerda, estudante da rede pública municipal de Itabira – Minas Gerais, observa que os problemas de infraestrutura nas escolas brasileiras impactam negativamente no trabalho dos professores e na experiência escolar das crianças e adolescentes. Ao mencionar que mais de 81% das violências contra criança e adolescentes acontecem no contexto familiar, Maria Clara defende o papel protetivo da escola para os mais de 27 milhões de crianças e adolescentes brasileiros matriculados em escolas públicas e privadas no país e menciona a experiência de outros adolescentes que foram negligenciados pela escola ao relatarem serem vítimas ou testemunhas de violência em casa, nos arredores ou dentro da escola.

Ao contar sua experiência como estudante durante a pandemia, Maria Clara alerta sobre o abandono escolar e faz um apelo para que os adultos estejam atentos aos sinais de violência e para que protejam direitos de crianças e adolescentes assegurando seu pleno desenvolvimento e liberdade. A participação de Maria Clara nas discussões do webinar evidencia o compromisso da Coalizão Brasileira em assegurar o direito à participação de

crianças e adolescentes nas discussões e decisões que afetam suas vidas. Maria Clara compartilha suas experiências em nível local e contribui com o debate dando destaque ao papel de crianças e adolescentes na discussão e planejamento de ações preventivas às violências no contexto escolar.

Ana Carolina Fonseca

Ana Carolina Fonseca, oficial do Unicef aponta que, segundo pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância, aproximadamente 5 milhões de crianças e adolescentes entre 6 a 17 anos estavam sem acesso à educação no Brasil em novembro de 2020, situação agravada com a pandemia de Covid-19. Soma-se ao abandono escolar, o aumento das violações de direitos e dos índices de violência contra crianças e adolescentes durante o contexto de distanciamento social, fenômeno reconhecido em todo o mundo, mas ainda pouco conhecido em termos de dados. A subnotificação das violências ocorridas durante a pandemia de Covid-19 segue sendo um importante desafio para a compreensão do impacto quantitativo do referido aumento da violência.

O Unicef e seus parceiros trabalham para a retomada do vínculo de crianças e adolescentes com a educação, por meio de estratégias como a “Busca Ativa Escola”, que durante a pandemia fortaleceu a estratégia desenvolvendo novos conteúdos e recomendações. Até setembro de 2021 foram registradas mais de 88 mil matrículas de crianças e adolescentes que estavam fora da escola, sendo 35 mil matrículas realizadas entre abril e dezembro de 2020, período em que a maioria das escolas estavam fechadas. Importa destacar que a escola é um fator de proteção e como já conhecido, a letalidade de crianças e adolescentes é em quase todos os casos precedida pela evasão escolar, pela inserção precária e sob condições de exploração no mundo do trabalho. Até o início de novembro de 2021, 2.947 municípios, portanto, 53% dos municípios brasileiros aderiram à estratégia Busca Ativa Escolar.

Dicas e orientações para promoção da intersetorialidade na prática podem ser encontradas no material [“Guias por uma Educação que Protege em situações de crises”](#), material desenvolvido também com olhar para crianças e adolescentes acometidas de sofrimento mental e/ou que foram vítimas de violências. Os conteúdos podem ser acessados no site do Unicef e disponíveis em versões para crianças, adolescentes e adultos e diversos formatos para redes sociais. Ana Carolina menciona a parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o desenvolvimento do aplicativo *Sabe* –

Conhecer, Aprender e Proteger, ferramenta interativa e em linguagem apropriada ao público infantojuvenil conectado diretamente ao Disque 100, principal canal de denúncia de violações de direitos no Brasil e o *Pode Falar* (www.podefalar.org.br) canal de ajuda em saúde mental para quem tem entre 13 a 24 anos.

Maria Fernanda Tourinho Peres

A médica epidemiologista Maria Fernanda Tourinho Peres posiciona a discussão de prevenção às violências contra crianças e adolescentes enquanto um problema de saúde pública inserido na agenda da Organização Mundial da Saúde. A exposição de crianças e adolescentes a violência compromete a saúde, o desenvolvimento e está associada ao desenvolvimento de comportamento de risco à saúde com consequência a médio e longo prazo na vida adulta. Em perspectiva intersetorial para prevenção às violências, importa considerar que a escola é apenas parte da resposta. Neste sentido, a articulação e o planejamento intersetorial entre os setores e serviços da saúde, assistência, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer deve ser norteado por um plano de ação compartilhado em que os agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente conhecem as atribuições de cada parte e operam de forma coordenada na execução de ações preventivas às violências.

Maria Fernanda apresentou o Projeto São Paulo para desenvolvimento social de crianças e adolescentes SP-PROSO, uma iniciativa de pesquisa e intervenção em saúde pública que visa contribuir para a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes da cidade de São Paulo, com ênfase na prevenção ao bullying e outras violências. Desenvolvido no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em parceria com o Violence Research Centre da Universidade de Cambridge (VRC), o SP-Proso faz parte de uma iniciativa mais ampla que inclui o Z-Proso e M-Proso, desenvolvidos nas cidades de Zurique, na Suíça e Montevideu, no Uruguai, respectivamente.

Enquanto estudo epidemiológico de corte transversal, o SP-PROSO teve como objetivo conhecer a frequência (prevalência) de envolvimento dos alunos com a violência e o *bullying* (como vítimas e perpetradores) e investigar possíveis fatores de risco e proteção. Os fatores de risco/proteção investigados incluem características sociodemográficas, individuais, familiares e contextuais. Alinhado às estratégias do INSPIRE, Maria Fernanda

observa a importância de considerarmos na adoção de normas e valores para a prevenção às violências os marcadores de raça e o racismo no Brasil, portanto, normas e valores que sustentam relações baseadas na discriminação de raça e cor. Entre os resultados da pesquisa, destaca-se a prevalência de violência em crianças e adolescentes com desvantagem social (marcadores sociais da diferença) como a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica, ou sobrepeso e obesidade e orientação sexual.

Em termos de recomendações para o trabalho intersetorial, Maria Fernanda analisa que ações desenvolvidas em conjunto com a escola e comunidade podem favorecer o desenvolvimento de habilidades para a vida associadas a parentalidades positivas, sobretudo se em parceria com o setor saúde, especificamente com a estratégia de “Saúde da Família” e agentes comunitários de saúde. Da mesma forma, investir no fortalecimento do sistema de notificação de violência contra criança e adolescentes e consolidação de um sistema de informação integrado para monitoramento e avaliação é fundamental para a análises de quais ações preventivas devem ser adotadas e como quais impactos produzem, possibilitando análises como a priorização de intervenção focadas em grupos de alto risco e intervenções universais.

Ainda, em termos de recomendações, importa que os mecanismos de controle formais e sociais sejam reforçados, portanto, a implementação de Leis vigentes para prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes. Na implementação de Leis e programas, recomenda-se o investimento em intervenções preventivas mais abrangentes como, por exemplo, programas voltados para a redução da desordem e melhoria do clima escolar. No direcionamento dos recursos, recomenda-se uma composição do investimento entre intervenções para grupos de alto risco e intervenções universais.

Karina Tollara D´Alkimin

Karina Tollara D´Alkimin, coordenadora da Comissão Técnica da Parceria Global pelo fim da violência contra crianças e adolescentes do município de São Paulo, apresentou a experiência prática do município de São Paulo em termos de planejamento intersetorial. A Comissão Técnica, composta pelas Secretarias de Governo, Direitos Humanos e Cidadania,

Educação, Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Cultura, Esportes e Lazer, Secretaria da Pessoa com Deficiência e ouvidoria de Direitos Humanos e convidados especialistas da sociedade representando o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Unicef, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Legislativo, academia e Coalizão Brasileira pelo fim da violência contra crianças e adolescentes.

O trabalho da Comissão Técnica foi precedido por um diagnóstico situacional realizado em parceria com o Unicef sobre a prevalência das violências contra crianças e adolescentes no município de São Paulo e avançou para o desenho de um fluxo integrado de atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência que será implementado em dois projetos pilotos no município. No início da pandemia de Covid-19 a Comissão Técnica elaborou e implementou estratégias de comunicação em prevenção às violências para orientar famílias e cuidadores e adequou o Canal 156 de relacionamento com a comunidade para acolhimento de denúncias de violências contra crianças e adolescentes. Também está em curso o desenho de indicadores relativos à violação de direitos da criança e do adolescente para composição do Observatório de Direitos Humanos e o mapeamento e integração de todas as ações desenvolvidas pelas secretarias do município relacionadas à prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes.

O webinar “Prevenção às violências na prática: Comunidade escolar e intersetorialidade” compõe as discussões promovidas pela Coalizão Brasileira para fortalecimento do eixo de prevenção previsto na doutrina de proteção integral às crianças e adolescentes. Parte da estratégia de articulação nacional para advocacy por um Plano Nacional de Prevenção às violências contra crianças e adolescentes, o webinar está disponível no canal do YouTube da Childhood Brasil e pode ser acessado na íntegra e em português no link <https://www.youtube.com/watch?v=BSe2bY-UAgM>



WEBINÁRIO

PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS NA PRÁTICA:
COMUNIDADE ESCOLAR E INTERSETORIALIDADE

17/11 às 17h



AO VIVO NO YOUTUBE:
youtube.com/c/ChildhoodBrasil

▶▶▶ PESSOAS CONVIDADAS: ▶▶▶



Miriam Abramovay
Coordenadora do Programa de Estudos e políticas sobre juventudes, educação e gênero: violências e resistências na FLACSO Brasil



Maria Fernanda Tourinho Peres
Profª do Departamento de Medicina da FMUSP, Coordenadora do LIEVES



Ana Carolina Fonseca
Oficial de Educação e Proteção contra as violências, UNICEF



Maria Clara Lacerda
Adolescente protagonista no projeto Fora da Bolha, Colégio Municipal Professora Didi Andrade



Karina Tollara D'Alkimin
Comissão técnica para a Parceria Global pelo fim da violência contra crianças e adolescentes do município de São Paulo



MEDIADOR
Lucas José Ramos Lopes
Coalção Brasileira pelo fim da violência contra crianças e adolescentes

REALIZAÇÃO:



Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes

APOIO:

